

CADERNOS
PROARQ 18

TALES BOHRER LOBOSCO GONZAGA DE OLIVEIRA

Territórios e fronteiras na ocupação informal do espaço urbano

*Territories and borders in the informal
occupation of the urban space*

Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira. Mestre em Urbanismo pela Université de Tours – URBAMA, Doutor em Urbanismo pelo PPG/AU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira. *Master's in Urbanism from the Université de Tours – URBAMA, Doctorate in Urbanism from the PPG/AU – Faculty of Architecture and Urbanism of Federal University of Bahia (UFBA). Assistant Professor of the Architecture and Urbanism Department of Federal University of Mato Grosso (UFMT).*

RESUMO

Sem ter seu espaço previsto e determinado na cidade moderna, os pobres urbanos lograram ver a alternativa habitacional desenvolvida perenizar-se e consolidar-se no espaço das cidades brasileiras. A favela estabeleceu-se no cenário urbano de maneira tão definitiva e integrada que não poderíamos mais pensar em uma delimitação espacial nítida entre estes dois espaços. Entretanto, se não podemos tratá-los como espaços estanques, as favelas tampouco se tornaram espaços integrados à estrutura urbana, a ponto de invalidar a denominação. Entre a diversidade do fenômeno e o esmaecimento dos limites capazes de definir claramente a “condição de favela”, existe uma gama de possibilidades de articulação nas fronteiras, ou no que foram as fronteiras entre estes dois espaços.

O artigo pretende discutir a existência e atuação das fronteiras físicas e simbólicas na produção do espaço urbano informal e sua influência mútua com a cidade formalmente estabelecida. Assumindo, para isto, que as possibilidades de contato e “proximidade” podem se organizar através de diversas possibilidades, incluindo relações de alcance físico, visual, social ou simbólico, nas quais cada uma delas parece produzir um resultado distinto na produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Favelas. Produção do espaço. Fronteiras. Segregação espacial.

ABSTRACT

Emerging from the need to gain their own space on the modern city, the “favelas” appear as an informal solution for the low-income-families housing in almost every large Brazilian city. They established themselves as such a definitive and integrated phenomenon in the urban scenario that nowadays it is not possible to think about distinctive spatial boundaries between the “favela” and the “city”. Nevertheless, if, on the one hand, the “favelas” cannot be treated as marginalized spaces, on the other hand, they have not become completely integrated spaces to the urban structure. There is a wide range of possibilities ranging from the diversity of the phenomenon to the fading away of the limits that clearly defines the “slum condition”.

This work aims to discuss the existence and the effect of the physical and the symbolical borders in building the informal urban space and their mutual influence. In order to this we assumed that the contact possibilities and proximity could be organized in several dimensions, including the physical range, the visual contact and the social and the symbolic relationship. Each one seems to produce different results in the production of the urban space.

Keywords: Slums. Production of space. Borders. Spatial segregation.

Introdução

O fenômeno da favela – embora tenha sua origem ligada a uma força de “repulsão”, gestada no fluxo dos movimentos organizados em busca da produção de uma cidade moderna, que correspondesse à imagem de “um cenário limpo e ordenado”, conveniente à respeitabilidade burguesa (ROLNIK, 1997, p.37) – possui uma relação ambígua e complexa com a cidade “formal”, experimentando momentos de maior ou menor aproximação de acordo com a conjuntura existente e as forças e interesses atuantes em cada período histórico.

Alternam-se, neste processo, a conexão utilitária de fornecimento de mão-de-obra para a produção da cidade central e luminosa¹, a imagem de cidade moderna, livre da pobreza urbana, e o reconhecimento destes grupos como sujeitos políticos.

No momento em que essas cidades não previram, nem garantiram, o espaço do pobre urbano de maneira efetivamente integrada, estabeleceu-se a necessidade de uma busca criativa por “uma solução para a moradia compatível com suas restrições de renda e necessidade de reduzir o tempo físico de deslocamento” (LESSA, 2005, p.304). Nesse processo, ocupa-se um terreno disponível, normalmente descartado, de alguma forma, pelos extratos mais elevados de renda, em áreas periféricas distantes, alagadiças, com riscos geológicos ou encostas de difícil acesso.

Dessa forma, em seus movimentos iniciais, a favela representava uma redução drástica dos custos de moradia, o que promoveu seu estabelecimento de maneira definitiva e integrada no cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras. Entretanto, atualmente extremamente mercantilizada, a favela apresenta custos que se equivalem aos das áreas periféricas da cidade (VALLADARES, 2005). De modo que a alegada condição de território urbano específico dos pobres não se sustenta frente à heterogeneidade de suas manifestações e a incapacidade de indicadores socioeconômicos definirem, de maneira clara, os limites da “condição de favela” (VALLADARES, 2005; PASTERNAK-TASCHNER, 2003).

É importante ressaltar a heterogeneidade socioeconômica existente, tanto internamente como entre favelas distintas (VALLADARES; PRETEICELLE, 2000), desta forma, apesar de possuir um extrato superior com indicadores socioeconômicos equivalentes aos bairros periféricos, as favelas possuem uma grande flexibilidade de absorção da população de baixa renda ao oferecer possibilidades de custos decrescentes, vinculados à, também decrescente, qualidade habitacional construtiva e de localização.

Esta heterogeneidade interna do espaço-favela testemunha as diversas pos-

1. Conforme termo de Milton Santos: “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p.264).

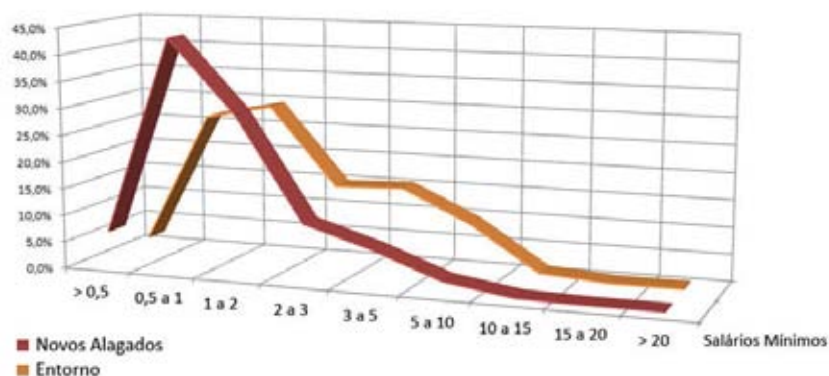
sibilidades de apropriação e pertencimento a um território que, embora seja considerado segregado, possui internamente seus próprios mecanismos segregadores. Relações que se encontram impressas de forma bastante nítida na distribuição espacial do território, com vetores centrífugos partindo das áreas centrais, nas quais as relações com o solo encontram-se mais estabilizadas, onde se concentra o maior capital social e a maior parte da vida comercial da localidade (BURGOS, 2002).

Assim, além de constituir um fenômeno plural e heterogêneo, a favela apresenta várias possibilidades de inserção e localização na cidade, manifestando-se tanto nas áreas periféricas – nas quais a maior disponibilidade de terras e a eventual conexão a um corredor de maior fluxo pode se contrapor à carência de serviços, equipamentos ou menor oferta de trabalho, compondo uma situação de relativa equivalência de indicadores econômicos com os bairros do entorno – quanto em uma situação de grande proximidade a bairros centrais e de renda elevada, nos quais a absorção de vantagens auferidas pela presença dos equipamentos urbanos e oferta de trabalho no entorno contribuem para a elevação dos indicadores socioeconômicos locais (ABRAMO, 2001), mas, ainda assim, configuram uma relação de grande contraste com os padrões socioeconômicos locais.

Apresentamos, a seguir, alguns gráficos² [1 a 6] que expõem esta multiplicidade de relações com o entorno: da relativa homogeneidade de uma ocupação periférica, como o caso dos Novos Alagados, na região do Subúrbio Ferroviário, na Cidade de Salvador-BA, ao forte contraste dos enclaves em bairros de alta renda, como os casos dos Morros da Babilônia e de Santa Marta, ambos na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

FIGURA 1
Comparação dos níveis de renda entre a ocupação dos Novos Alagados e os bairros de seu entorno imediato.

Fonte: IBGE, 2000.



2. Os gráficos foram elaborados utilizando a totalidade dos dados censitários (IBGE, 2000) dos setores que correspondem à ocupação "informal", contrapostos aos dados dos setores que compõem os bairros de Botafogo e do Leme, no caso carioca, e dos setores limítrofes à ocupação, pertencentes aos bairros de Plataforma, Lobato e São Bartolomeu, no caso de Salvador.

FIGURA 2

Comparação dos níveis de escolaridade entre a ocupação dos Novos Alagados e os bairros de seu entorno imediato.

Fonte: IBGE, 2000.

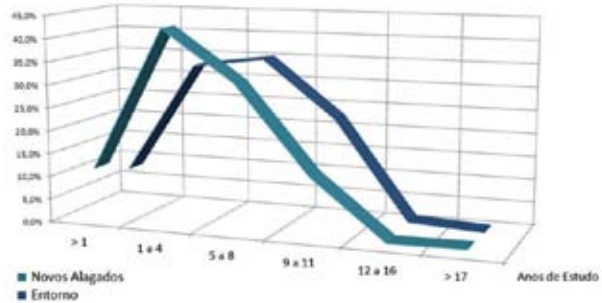


FIGURA 3

Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta e a totalidade do bairro de Botafogo.

Fonte: IBGE, 2000.

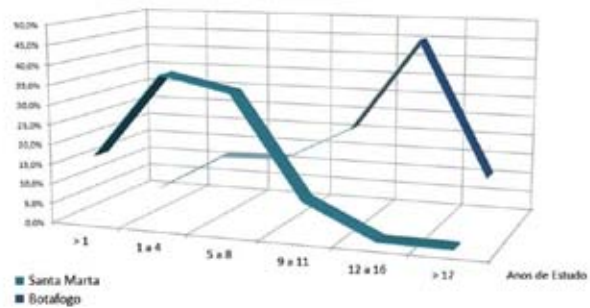


FIGURA 4

Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia e a totalidade do bairro do Leme.

Fonte: IBGE, 2000.

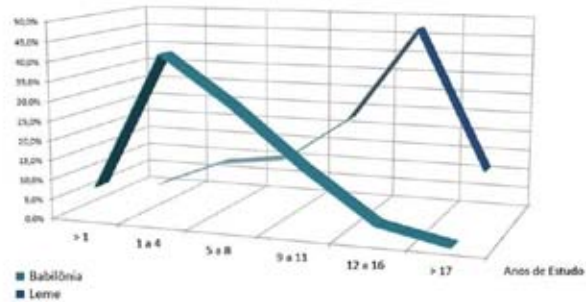


FIGURA 5

Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta e a totalidade do bairro de Botafogo.

Fonte: IBGE, 2000.

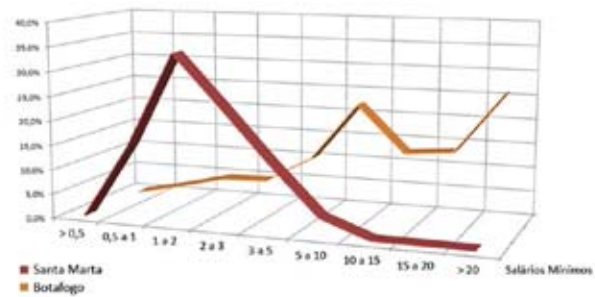
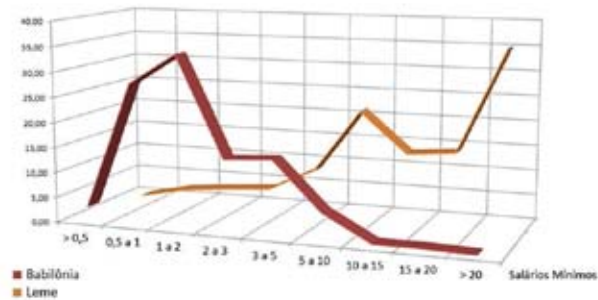


FIGURA 6

Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia e a totalidade do bairro do Leme.

Fonte: IBGE, 2000.



Em qualquer das possibilidades de inserção, as ocupações permanecem interligadas, tanto cultural como política e economicamente, ao restante da cidade, apesar da condição de precarização econômica ou de estatuto jurídico da moradia, não estamos diante de setores marginalizados, mas com inserção deficiente frente a outros setores da cidade e, portanto, sujeitos a estigmas, desconfianças e generalizações. Deste modo, essas ocupações devem ser entendidas como a expressão de um fenômeno que não está isolado, mas que sofre influências, e igualmente influencia, a cidade ao seu redor.

Este trabalho pretende, a partir do entendimento do fenômeno como presente e reconhecível nas cidades brasileiras, discutir a existência ou a permanência dos limites que definem, ou definiram, estes espaços e as influências que esta proximidade produz no espaço urbano. Entendendo, para isto, que a noção de “proximidade” pode abranger diversas possibilidades, incluindo relações de alcance físico, visual, social ou simbólico, onde cada uma delas parece produzir um resultado distinto na produção do espaço urbano.

Neste sentido, o estudo se debruçará mais fortemente sobre os exemplos que se configuram como enclaves em bairros de alta renda, visto que nestas situações o estabelecimento de fronteiras físicas e simbólicas torna-se mais evidente e, com elas, a identificação das influências mútuas, elaboradas através da coexistência de populações com acentuada iniquidade. Uma situação de adaptação a um desequilíbrio social, cultural e simbólico, mas também uma elaboração organizada através da diferença e do choque, fruto da presença do outro no espaço compartilhado da cidade.

Aprofundaremos o estudo a respeito de duas ocupações situadas em áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro. Primeiro o Santa Marta, com um heterogêneo percurso que vai dos violentos eventos que marcaram as guerras do tráfico no final da década de 1980 a tornar-se a primeira experiência do governo estadual no programa de “Pacificação de Favelas” do Rio de Janeiro. A localização privilegiada e o fato de possuir uma das mais belas vistas para a enseada de Botafogo permitiram que o morro experimentasse uma condição ambígua entre a imagem do crime e as possibilidades de exposição midiática do contraste social e do exotismo da favela.

Depois a Babilônia, que teve grande parte do seu processo de consolidação, até a década de 1980, realizado sob controle do exército³, com regras rigorosas a respeito da ampliação e construção de novas moradias. Esta particularidade fez com que o morro mantivesse, apesar de ser uma das favelas mais antigas do Rio de Janeiro, uma configuração espacial menos compacta, remetendo aos estágios iniciais de produção das ocupações informais, propiciando uma relação distinta com o espaço urbano. Uma situação peculiar que está gradativamente desaparecendo, à medida que o espaço cede às pressões econômicas e popu-

3. Acordos tácitos entre a associação de moradores e representantes locais do exército condicionavam certa permissividade em relação à ocupação “ilegal” ao mesmo tempo em que impunham rígidos limites ao desenvolvimento ou ampliação desta.

lacionais, aproximando-se cada vez mais do padrão de compacidade espacial normalmente encontrado nas favelas cariocas.

A pesquisa foi desenvolvida através de longas entrevistas com moradores, tanto das favelas quanto dos bairros no entorno, a respeito das práticas espaciais e das impressões e representações a respeito de cada um dos espaços. Esse universo de aproximadamente 80 entrevistas foi comparado com os dados socioeconômicos apresentados pelo censo demográfico (IBGE, 2000), de forma a permitir identificar padrões e possibilidades nas delimitações territoriais e interações espaciais em curso.

Fronteiras: reais ou simbólicas?

Pensar as favelas através da “tortuosidade” e do aspecto labiríntico, identificados frequentemente como elementos típicos dos tecidos informais, nos remete à busca que diversos setores empreendem pelo estabelecimento de uma fronteira física ou simbólica entre estas e a cidade formal.

A questão não é simples: ainda que o território metropolitano se caracterize por uma nítida projeção das linhas de divisão da sociedade, inscritas no território, “de tal forma que morar em um lado ou outro não é indiferente” (RIBEIRO, 2009, p.43), o que encontramos, de fato, é uma situação na qual as trocas resultantes do longo período de coexistência e vizinhança, e as influências mutuamente exercidas, mesmo que tenham se originado a partir de uma fronteira nítida, transformam as duas categorias em espaços complexos, com uma transição de limites fluidos e imprecisos.

Portanto, ainda que seja possível perceber uma nítida diferenciação entre os setores, quando analisados globalmente, esta situação acaba negligenciando os momentos de “aproximação” entre estes espaços. Situações nas quais podemos perceber que espaços ambíguos formam-se nos pontos de contato, gerando uma zona difusa com limites imprecisos e diferentes níveis de concentração dos diversos elementos característicos de cada espaço.

Essa influência transforma essas áreas contíguas, seja supervalorizando o território informal pelas favoráveis condições de acessibilidade, transporte e serviços, seja pela desvalorização do setor de cidade “formal”, que apresenta grande proximidade com a favela, território da marginalidade, sujeira, etc.

É importante ressaltar que as regras da favela, apesar de socialmente inclusivas, não são homogêneas nem equalizadoras. A diferenciação econômica é respeitada em uma relação que expressa a hierarquia interna de poderes e reproduz, em sua heterogeneidade, os mecanismos de exploração econômica consagrados na cidade formal. Como uma caricatura da sociedade global, os que dispõem de algum poder “prosperam reexplorando os pobres na favela: o dono da birosca, a comissão de energia elétrica, o senhorio do barraco, etc.” (LESSA, 2005, p.304).

Áreas de influência

Ainda que, do ponto de vista administrativo, estas fronteiras constem de forma “precisa” nos mapas oficiais da cidade, através de delimitações abrangendo o caráter da regularidade urbana ou legalidade fundiária, esta classificação ignora as múltiplas e flexíveis possibilidades existentes entre as classificações rígidas e duais.

A diferenciação entre esses espaços não deveria ser entendida através da presença ou não de determinada característica, de forma rígida e absoluta, mas como uma questão de gradação, intensidade e escala: “nenhuma característica ou atributo é ao mesmo tempo suficiente e necessário para a inclusão/pertencimento ao grupo/tipo” (RAPOPORT, 1988, p. 53). Deste modo, frequência e intensidade de cada uma das características possíveis não devem ser entendidas como ferramentas para reconhecer e classificar os espaços como pertencentes a um ou outro grupo, mas como forma de entender o quanto, e até que ponto, estão vinculados a cada forma de produção.

Para estudar melhor os efeitos desta interação, estabelecemos dois tipos básicos de contato direto: o contato por acessibilidade física, com condições variadas de distanciamento entre as habitações, porém sempre estruturada ao longo de um eixo de acessibilidade direta entre os dois espaços; e o contato por proximidade visual, que pode envolver grande proximidade geográfica e forte contato visual, mas sem acesso físico direto entre elas [7 e 8].



FIGURA 7
Pontos de contato direto no
Morro da Babilônia.

Fonte: autor, sobre base
Google 2009.

Acessibilidade física

Percorrendo as áreas estruturadas ao longo do eixo de acesso, podemos perceber características que se diferenciam do bairro formal do entorno, mas também da favela, conformando uma relação de “transição” que assume características próprias, perceptíveis através de certo “relaxamento” no rigor construtivo e do ordenamento urbano e das atividades ali realizadas: uma sociabilidade mais ativa que ganha o espaço das ruas enquanto as calçadas seguem tomadas por comércio, entulhos, bicicletas, etc. Esta relação demonstra que a forte influência espacial, as trocas mútuas, e a intensa comunicação entre estes espaços tornam cada vez mais difícil uma definição nítida de limites e fronteiras, estabelecendo um espaço ambíguo onde os elementos característicos de cada padrão de ocupação são tão mais evidentes quanto maior a proximidade com este.

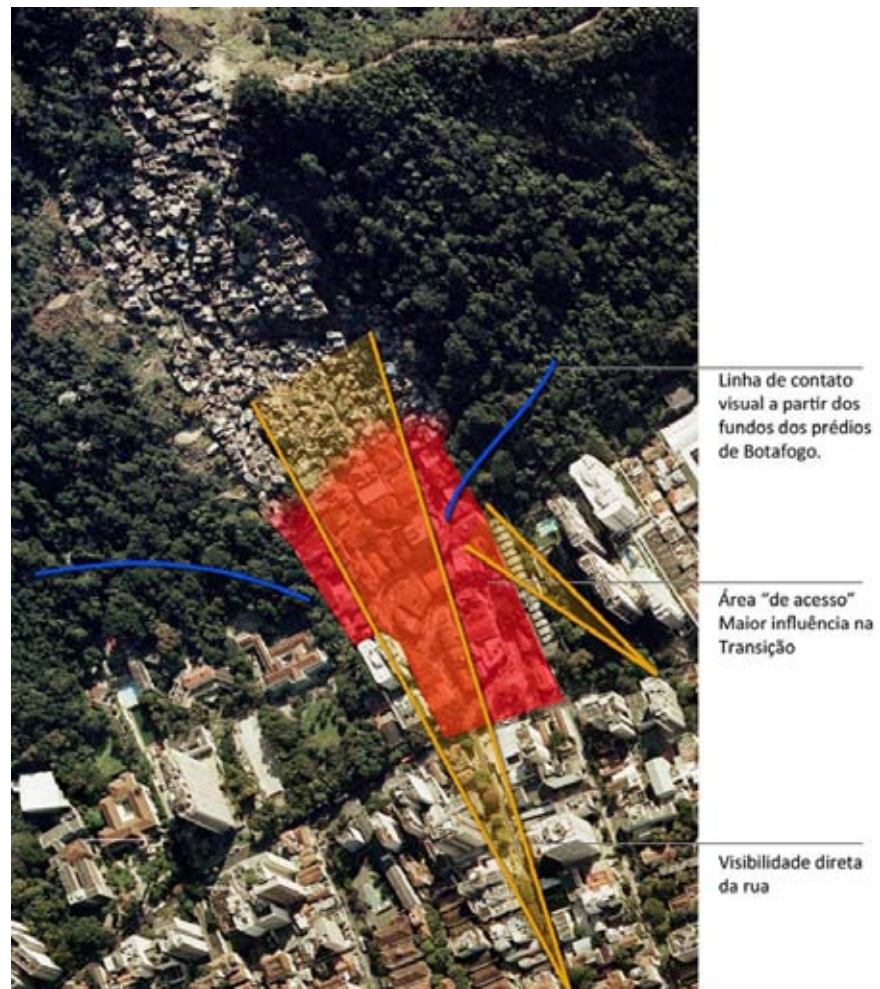


FIGURA 8
Pontos de contato direto no Morro Santa Marta.

Fonte: autor, sobre base Google 2009.

Entre os entrevistados, residentes na cidade formal, a grande maioria afirmava que a favela começava no início da via de acesso, local onde os primeiros sinais da ocupação informal se faziam sentir, e, quase todos, informaram que jamais haviam entrado naquele espaço.

Por outro lado, para a maior parte da população residente na favela, esta tinha início no final da via de acesso, onde o leito não é mais carroçável e a circulação se faz por vielas e escadas. Essa diferença de percepção delimitou o que identificamos como área de “acesso” ou “transição”, que parece não ser inteiramente “reconhecida” por nenhum dos dois lados.

Se, por um lado, a via de acesso era percebida como favela pela cidade “formal” e como cidade “formal” pela favela, os moradores desta “área de transição” encontravam-se em uma situação peculiar, na qual demonstravam um grande esforço de posicionamento e identificação como cidade “formal”, ao mesmo tempo em que promoviam um discurso de “amenização” dos efeitos da favela, buscando reduzir a carga simbólica desta proximidade.

Na área de contato entre as diferentes zonas, fica perceptível que, além da grande interação entre os espaços, a falta de uma definição clara a respeito do pertencimento a uma ou outra área influencia fortemente os valores imobiliários e, portanto, altera de maneira significativa a caracterização socioeconômica da população implicada.

Os gráficos a seguir [9 a 12] evidenciam esta relação, através da comparação dos indicadores de renda e escolaridade das áreas estudadas. Para isto, foram isolados os setores censitários correspondentes ao espaço específico do bairro “formalmente ocupado”; ao espaço de transição, às habitações situadas ao longo da via que conecta o bairro à favela; e à favela, identificada através da informalidade jurídica e da percepção localmente difundida de seus limites. Através destes dados podemos perceber a grande influência exercida entre esses espaços ao longo do eixo que os conecta, a ponto de ser possível a identificação de uma zona “de transição”, com indicadores socioeconômicos intermediários entre os dois espaços.

FIGURA 9
Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta, as ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo.

Fonte: IBGE, 2000.

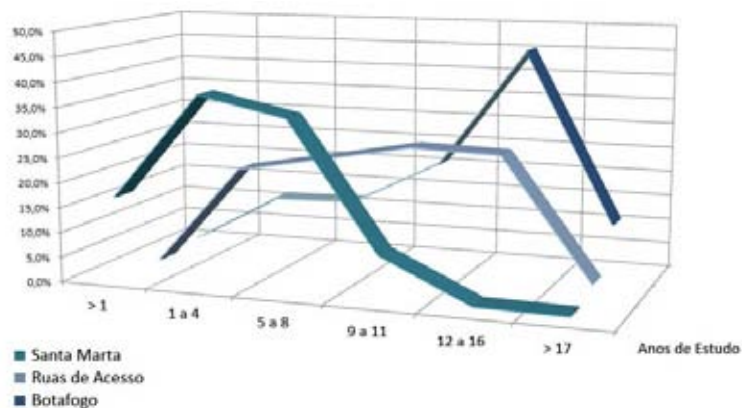


FIGURA 10

Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia, a rua de acesso a esta e o bairro do Leme.

Fonte: IBGE, 2000.

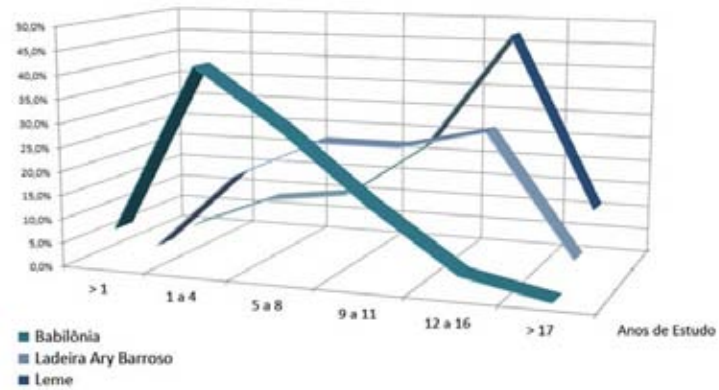


FIGURA 11

Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta, as ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo.

Fonte: IBGE, 2000.

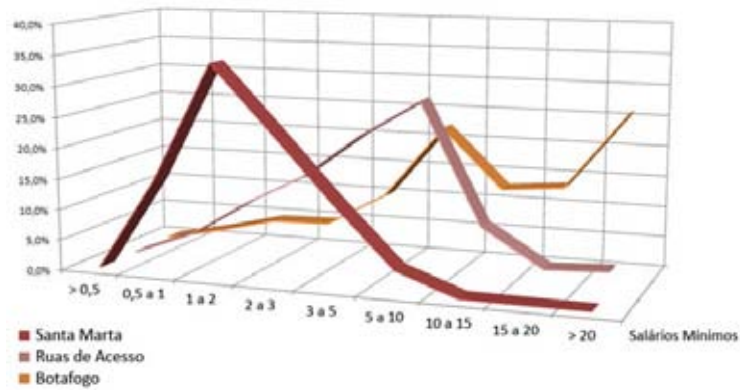
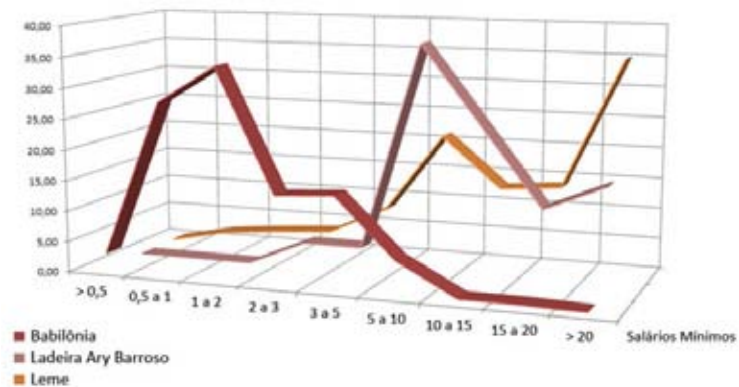


FIGURA 12

Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia, a rua de acesso a esta e o bairro do Leme.

Fonte: IBGE, 2000.



Proximidade visual

A condição de visibilidade, seja da rua ou a partir dos fundos dos prédios do bairro, certamente produz alguma influência ambiental e social, visto que o fato é repetidamente citado como um problema pelos moradores do bairro. Entretanto, diferentemente dos imóveis situados nas vias de acesso, esta condição de proximidade não estabelece uma situação dúbia quanto ao grupo de

pertencimento, ao contrário, faz ressaltar a diferenciação socioeconômica, elevando o contraste social a uma situação extrema, na qual a separação entre favela e cidade formal torna-se evidente e nítida.

Deste modo, apesar do intenso contato visual e da grande proximidade geográfica, esta situação permite que seja identificada uma nítida linha divisória entre os espaços, definindo claramente o pertencimento de cada moradia, o que parece limitar a ação da influência mútua entre os espaços.

Não dispomos de dados específicos para avaliar os efeitos desta proximidade nas favelas. Entretanto, podemos identificar, através da materialidade do espaço construído, nítidas relações de hierarquização socioeconômica, perceptíveis nas dimensões e condições de acabamento das moradias, melhor acessibilidade a serviços e equipamentos, além da situação topográfica do terreno. Todos esses fatores apontam para uma condição ascendente ao se aproximar das zonas de contato com a cidade e descendente em direção às extremidades da ocupação, locais onde são percebidas as relações de contato visual direto. Desse modo, a influência da proximidade visual, caso exista, exerce apenas uma ação secundária.

A proximidade intensa acaba, portanto, não produzindo uma suavização dos limites urbanos, mas apenas uma intensificação das tensões locais pela aguda desigualdade social exposta, face a face [13]. Essa situação, ao contrário da condição de continuidade física, não exerce uma influência severa a ponto de transformar o contraste em “zona de transição”, de modo que os indicadores socioeconômicos parecem não sofrer grande alteração nestas áreas.

FIGURA 13

A proximidade visual entre os prédios do Leme e as casas no Morro da Babilônia.

Fonte: autor.



Os gráficos a seguir [14 a 17] mostram a comparação dos indicadores censitários (IBGE, 2000) de renda e escolaridade entre os setores que correspondem às ocupações informais estudadas, a totalidade do bairro formalmente ocupado no entorno, e os setores correspondentes aos edifícios, localizados no bairro, com contato visual direto com a favela. Esta análise torna possível perceber que a influência entre estes setores⁴, apesar de certamente proporcionar alguma variação nos valores de venda e aluguel destes imóveis, não é capaz de provocar uma forte alteração do perfil socioeconômico dos moradores⁵, como a que podemos perceber ao longo do eixo de acesso à ocupação informal.

FIGURA 14

Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto entre eles.

Fonte: IBGE, 2000.

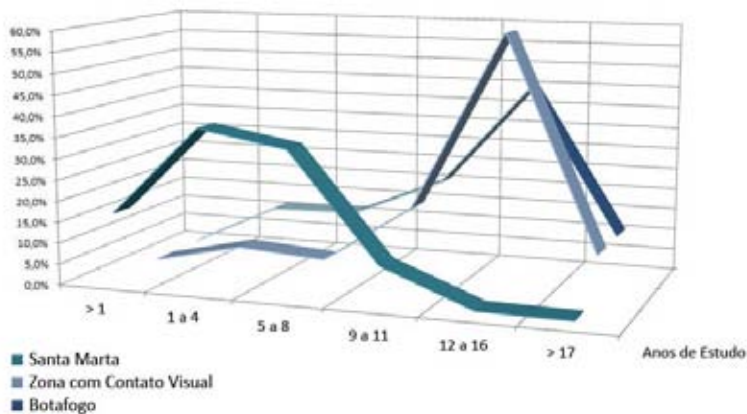
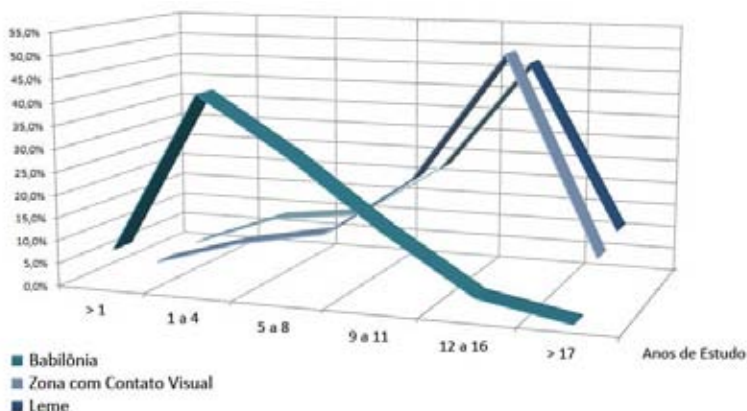


FIGURA 15

Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia, o Leme e as áreas com contato visual direto entre eles.

Fonte: IBGE, 2000.



4. Por não dispormos de dados específicos que permitissem separar, dentro dos edifícios dos setores analisados, os apartamentos que possuem contato visual direto com a favela, daqueles que não o possuem, identificaremos apenas os edifícios que se encontram em tal condição.

5. Em ambos os casos, por fatores diversos, chegamos a encontrar indicadores sociais ligeiramente mais elevados do que a média do bairro.

FIGURA 16

Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto entre eles.

Fonte: IBGE, 2000.

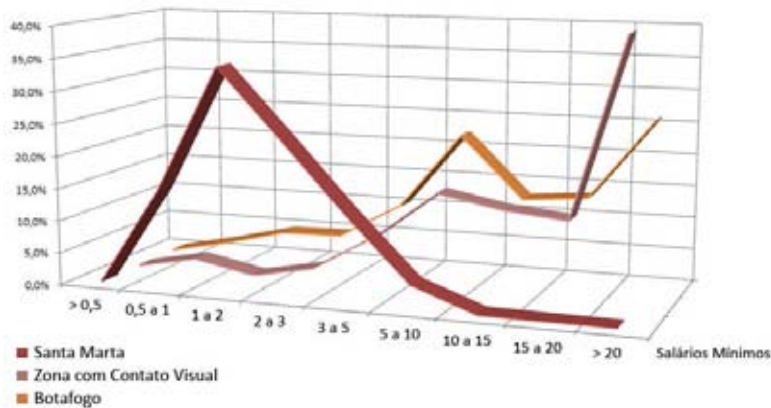
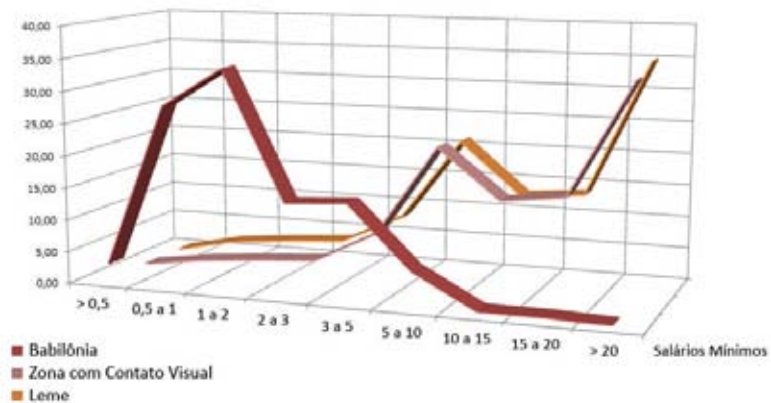


FIGURA 17

Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia, o Leme e as áreas com contato visual direto entre eles.

Fonte: IBGE, 2000.



Outras fronteiras

O tráfico e a violência

No estabelecimento de fronteiras entre a cidade “formal” e a favela, não podemos negligenciar os efeitos da violência, real ou imaginada, que, apesar de estabelecer condições variáveis ao longo do tempo, provoca fissuras severas no tecido da cidade, baseadas no medo e na desconfiança.

As condições de partilha espacial entre populações com elevada iniquidade reforçam a condição de desconfiança e o estranhamento. Situação que torna a população da favela, por sua relação de proximidade involuntária, ou “inescapável”, com a violência (MACHADO DA SILVA, 2008), sujeita a implicações veladas. De maneira simplista, os pobres são percebidos, sistematicamente, como “os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência” (ZALUAR, 1994, p.59), reforçando os fortes estereótipos que os identificam como criminosos potenciais e objetos de averiguação sistemática pela polícia. “Na percepção social do-

minante, a contiguidade territorial com criminosos violentos transforma todos os moradores de favelas em cúmplices, coniventes ou eles próprios potenciais criminosos” (ROCHA, 2009, p.2).

Dessa forma, a situação econômica torna-se ainda mais crítica, visto que os membros das classes populares, por sua existência em um ambiente identificado com o crime e a violência, “deixam de tornarem-se trabalhadores porque sua própria condição de pobres ameaça e amedronta os que poderiam fornecer emprego. Em outras palavras, eles são perigosos antes de efetivamente o serem” (ZALUAR, 1994, p.17).

Esse conjunto de práticas, estigmas e preconceitos elabora um imaginário social que pouco diferencia entre as categorias de favelado, negro, pobre e bandido, associando estes à origem da crescente violência que se alastra pelas grandes cidades brasileiras. “Esta associação é uma marca das representações que sempre fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos” (KOWARICK, 2009, p.91).

A questão não remete apenas à ação da violência localizada nas favelas, restrita a seus moradores, ela ultrapassa tais limites na ameaça silenciosa que fomenta o medo do transbordamento da violência para além de suas fronteiras “naturais”. Assim, seja através de uma ação “latente” ou de situações específicas, como a sequência de eventos violentos que envolveu o Morro Santa Marta na década de 1980, agravam o estranhamento: a condição de proximidade gera insegurança pela exposição das desigualdades sociais frente a frente, proporcionando uma sensação de “alvo” preferencial ou de risco iminente de meios acidentais, como ser vítima de uma bala perdida.

O agravamento de tal situação pode proporcionar momentos de grave degradação nas áreas de entorno, como a percebida após a década de 1980 nas Ruas Jupira, Marechal Francisco de Moura e Barão de Macaúbas, que conectam o bairro de Botafogo ao Santa Marta. Período sucedido por intenso “abandono” da área, com grande queda dos valores de venda e aluguel dos imóveis, fazendo com que muitos moradores dos estratos de renda mais elevada da favela se mudassem para estas ruas, ainda que a maior parte deles afirme manter uma identidade social que os vincula ao morro.

De maneira semelhante, Mamede (2005, p.106) descreve uma visita que fez ao morro Santa Marta, para uma roda de samba, realizada logo no início da favela, e que foi também seu primeiro contato com o tráfico de drogas que ainda dominava aquele espaço:

Enquanto na subida da ladeira que dá acesso à favela os policiais davam a entender que o espaço estava seguro, livre da criminalidade, só pudemos ficar no espaço onde acontecia o animado samba com uma explicação sobre o que queríamos ali e o consentimento de um homem branco com mais ou menos 25 anos e um fuzil na mão [...] De qualquer forma, a impressão que aquele homem me dava era de que estava representando o mesmo papel que os policiais na parte mais baixa.

Entre a polícia que protege a cidade formal, sem se preocupar com o que acontece dentro da favela, desde que os eventos fiquem restritos àquele espaço e não promovam demasiado alarde a ponto de exigir sua entrada no local, e o tráfico que controla o espaço restrito, no qual a tranquilidade é a própria ausência da polícia, permanece o acordo tácito de não enfrentamento, pois ambos sabem o que acontece do “outro lado da fronteira”, e este é exatamente o motivo para não cruzá-la.

Demarcação simbólica e partilha do espaço

O contato estabelecido na continuidade do traçado viário proporciona, para os moradores da favela, o acesso a serviços, transporte e trabalho. Entretanto, na cidade formal, percebemos o desconforto dos moradores com a presença de tais vizinhos, identificando a sujeira, a desordem, a degradação do espaço e a forte presença do comércio informal como sinais da proximidade com a favela. Muitos criticam também a circulação constante de moradores do morro, marcada por um comportamento “inadequado”, com gritos, bagunça e xingamentos constantes.

A mistura social é frequentemente vivenciada como desarmonia ou desordem, logo, a relação com a cidade e sua vida pública é evitada, gerando uma sociabilidade enclausurada e defensiva que rejeita a esfera pública, por ser o local do imprevisível, do perigo e da violência (CALDEIRA, 1997; KOWARICK, 2009).

Assim, a cidade formal exercita as possibilidades de lidar com a incômoda convivência com tais “bolsões de pobreza”, articulando práticas para a limitação de sua expansão, pela implantação de eco-limites, de barreiras, estrangulamentos de acessos e confinamentos. A estratégia de esconder, vigiar e controlar está ligada ao medo, à desconfiança do outro, ao choque da partilha do espaço urbano entre populações com acentuada iniquidade. “Tentam invisibilizar a realidade da favela, escondendo a feiura e o atraso, demonstrativos, entre outras coisas, daquilo que não se quer ver, a difícil situação do país e a incompetência em administrar soluções” (SOUZA, 2007, p.66).

Diversos eventos, na última década, exemplificam esta disputa por uma demarcação simbólica do espaço: pinturas nas fachadas das favelas, barreiras “acústicas”, remoções de favelas nos pontos em que apresentam grande visibilidade, muros e a versão amenizada destes últimos, na forma de becos-limite (LOBOSCO, 2011). Nas localidades estudadas, dois eventos específicos mostram as diversas possibilidades de manifestação do mesmo fenômeno. O primeiro no Morro da Babilônia, em sua base, antes da subida da Ladeira Ary Barroso, no qual havia diversas mototáxi enfileiradas a espera de passageiros, alcançando inclusive parte do canteiro central da Rua General Ribeiro da Costa. A identificação deste transporte como um elemento tipicamente pertencente ao universo da favela constituía um problema do ponto de vista dos habitantes do “asfalto”, que percebiam o fato como uma expansão do espaço da favela sobre

a “área da cidade”. Os elementos característicos da favela eram percebidos, portanto, como formadores de uma fronteira simbólica que avançava sobre o bairro, ao mesmo tempo em que representavam uma sinalização da existência de uma favela na região⁶. Em 2009, a Associação de Moradores do Leme organizou um abaixo-assinado pedindo a remoção do ponto de mototáxi para cerca de 50m acima, na Ladeira Ary Barroso, ficando, desta forma, fora da vista dos transeuntes que circulam nas ruas do Leme. Desde então a favela, ou seus indícios, só é avistada por quem olha desde a esquina em direção ao topo da ladeira, assegurando, assim, a manutenção da ordem simbólica no local.

O segundo ocorreu a partir do topo do Santa Marta, no qual o Governo do Estado iniciou, em 2005, a construção de uma creche, cujo acesso foi facilitado através de melhorias no caminho tradicionalmente utilizado pelos moradores do morro para chegarem à Laranjeiras. Entretanto, essa via de descida, apesar de ter existido desde o início da ocupação informal do morro, era discreta e precária, e embora bastante próximos, nem a via, nem a ocupação eram visíveis desde Laranjeiras, situada na outra face do mesmo morro. Desse modo, grande parte dos moradores de Laranjeiras desconhecia a existência da favela, considerando, o Santa Marta como um “problema” de Botafogo. Com a execução das obras da creche, esta tornou-se um sinal da existência e presença da favela cada vez mais evidente, visível desde Laranjeiras. Assim viu-se nascer o temor de que o morro se voltaria em direção ao bairro, estimulado pelo caminho “aberto”, e pela fronteira franqueada. A ação civil pública, impetrada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a paralisação das obras deixa claro o real temor que essa presença exercia:

A criação de logradouro clandestino e a conseqüente melhoria das possibilidades de acesso à favela inclusive por veículos, além de desobstruir os limites naturais do meio ambiente local e propiciar condições favoráveis ao desmatamento, funcionará como grande atrativo para a expansão da comunidade Santa Marta na direção do bairro de Laranjeiras, vertente até agora com vegetação nativa preservada. [...] A vultosa obra, localizada na encosta do morro Dona Marta, é visível de diversos pontos de Laranjeiras. Note-se que é a primeira construção da favela que pode ser vista do bairro, portanto caracteriza o marco inicial de expansão da favela para os limites de outro bairro [...] e debruça-se sobre o bairro de Laranjeiras - fora dos muros limitantes da favela (MPERJ, 2005).

Ainda que a argumentação jurídica seja estruturada através da proteção ao meio ambiente, fica claro que a motivação da ação, que contou com forte mobilização dos moradores e das associações dos bairros adjacentes, é elaborada em torno do receio frente à expansão da ocupação informal em direção ao bairro de Laranjeiras.

6. A Babilônia não é facilmente visível a partir do Leme, por estar encoberta pelos prédios em quase toda a extensão da rua.

**FIGURA 18**

A antiga creche, vista de Laranjeiras.

Fonte: autor.

A obra, em si, é uma aberração e, pela primeira vez, faz com que uma construção do Santa Marta seja avistada de Laranjeiras. Não importa que a lei a autorize. O legal nem sempre é o melhor parâmetro, e em nome da legalidade muitos atentados arquitetônicos e urbanísticos já foram cometidos contra a cidade (NETO, 2005).

A obra esteve embargada por longo período e sua conversão em sede da UPP pôs fim ao imbróglio, destinando a construção a uma estrutura de controle sobre a ocupação informal.

**FIGURA 19**

A antiga creche, hoje sede da UPP, na parte alta do morro.

Considerações finais

O entendimento da produção do espaço da favela, para além da discussão de suas questões específicas e da situação de precariedade urbana, econômica e social, deve iniciar com o reconhecimento da interpenetração permanente e inevitável que mantém com o espaço urbano formal, produzindo interações que são indissociáveis de sua existência enquanto fenômeno urbano.

Nesta condição de territorialidade e interações, percebemos que as relações não são constantes nem homogêneas, mas se estruturam segundo possibilidades articuladas através de distanciamentos físicos e simbólicos, que podem ser responsáveis por integrações, mas também por estranhamentos.

A proposta apresentada balizou-se na identificação dessas múltiplas possibilidades e a respeito de como diferentes padrões de aproximação desencadeiam reações distintas de enfrentamento e adaptação, evidenciando padrões também distintos de “proximidade” e de possibilidades de partilha do espaço.

Nesse sentido, a atuação governamental parece frequentemente explorar esta questão, mas sem se aprofundar nas interações existentes, limitando-se a amenizar o estranhamento, em intervenções que atuam intensamente nas fronteiras com a cidade formal, mantendo o miolo quase intocado, ou, ainda, rebocando externamente e urbanizando apenas as vias principais, que se conectam com a cidade. Uma forma de inserir estes assentamentos na paisagem de um modo deslocado, cada vez mais distante de uma real partilha do espaço, confirmando a integração desequilibrada com a qual se articulam com a cidade, das quais não seriam marginais ou excluídos, mas estabelecidos de forma segregada em relação aos centros de decisão e poder, assim como a respeito do acesso à infraestrutura e serviços (PERLMAN, 2002).

A materialização destas intervenções no espaço urbano parece promover a percepção de que a inexistência de muros ou limites físicos poderia significar uma completa ausência das fronteiras, simbólicas, econômicas e sociais, que não estão apenas presentes, mas historicamente inscritas no território. Afinal, se, pelo lado oficial, a limitação do território informal e o controle à sua expansão são palavras de ordem, do lado oposto, a percepção deste controle ultrapassa os limites territoriais, e cria a sensação, real ou imaginada, de que a sua simples presença, como moradores de favelas da cidade, deve ser objeto de um maior rigor dos mecanismos de controle. Situação que contrasta com a afirmada liberdade, característica de um espaço que se pretende “construído por iguais”.

Referências

- ABRAMO, Pedro. **Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica na favela: localização residencial e mercado de trabalho**. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, 2001, pp. 1566-1585.
- BURGOS, Marcelo B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras, In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, pp. 21-90.
- CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, vol. 47, pp. 155-176, 1997.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LOBOSCO, Tales. **Como se faz uma favela: Práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Introdução. In: MACHADO DA SILVA, Luiz A. (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a, pp. 13-26.
- MAMEDE, Alessandra. **Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o primeiro governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MPERJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Ação civil pública contra o Governo do Estado**. Impetrada em 23 de março de 2005.
- NETO, Mair. **Natureza agredida no Rio**. Rio de Janeiro: Direto da Redação (Portal eletrônico), 2005. Disponível em: <<http://www.diretodaredacao.com/noticia/natureza-agredida-no-rio>>. Acesso em: 03 mai. 2009.
- PASTERNAK-TASCHNER, Suzana. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, Pedro (Org.) **A Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras/Faperj, 2003, pp. 13-42.
- PERLMANN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RAPOPORT, Amos. Spontaneous settlements as vernacular design. In: PATTON, Carl (Ed.) **Spontaneous shelter: international perspectives and prospects**. Philadelphia: Temple University Press, 1988, pp. 51-77.

RIBEIRO, Luiz Cesar. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 43-72.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras?”: rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão**, Rio de Janeiro. Tese (Doutorado), IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SOUZA, Maria. Apontamentos sobre a Maré. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Publicação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, São Carlos: v. 9, n. 1, pp. 53-68, maio 2007.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz Cesar (Org.). **O futuro das metrópoles**. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 375-403.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.